

Gramaticalismo Português Setecentista e a *Gramática de la Lengua Castellana* da RAE

CARLOS COSTA ASSUNÇÃO
(Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

0. Que a gramática ocidental nasceu na Grécia antiga, no século II a.C., e que foram os filósofos, principalmente Platão e o seu discípulo Aristóteles, os primeiros a tecerem considerações várias e valiosas sobre a linguagem é uma verdade insofismável. Se lermos atentamente o *Crátilo* e o *Filebo* encontramos referências à classificação de vogais e consoantes e já se fala em partes do discurso; da leitura do *Organon* e da *Poética* de Aristóteles chegaremos às noções de vogal, consoante, conjunção, artigo, nome, verbo e de caso.

Que os romanos imitaram a gramática dos gregos (de Aristarco, de Dionísio, entre outros) e a desenvolveram até ao despontar das gramáticas vulgares e que estas, por sua vez, seguiram os gregos e os latinos é um truísmo indiscutível.

Que no século XVIII as gramáticas vernaculares se começaram a emancipar definitivamente em relação às grega e romana e que esta emancipação tem por substracto as cogeminações filosóficas de Descartes, Bacon, Locke e Condillac, entre outros, é uma asserção indesmentível.

E é assim que no século das luzes a teorização gramatical evoluiu à semelhança do que aconteceu com outras áreas do saber.

Representando o Iluminismo «uma atitude mental de controvérsia e de afirmação» (Banha de Andrade, 1982, p. 638) opõe-se a um sistema de ensino tradicional rejeitando os métodos utilizados e as teses que eram o suporte das ciências lógicas e físicas, apresentando novos métodos e dando à experimentação primazia em relação à metafísica, devendo-se aos iluminados a generalização das teses e dos argumentos que a consideravam inútil e causadora do atraso científico a que Portugal e Espanha estavam votados. Os expoentes desta posição foram a nível da Língua Portuguesa Bluteau, Verney, com o *Verdadeiro Método de Estudar*, o jesuíta Inácio Monteiro, o Oratoriano, D. Manuel do

Cenáculo, mentor dos planos de estudos das ordens religiosas e presidente da Real Mesa Censória, Pombal, Lobato, Melo Bacelar, entre outros. Em Espanha foram Feijoo, Sarmiento, Mayans o Forner, Antonio de Campmany e Gaspar Jovellanos (Carreter, 1985, p. 175).

1. A *Gramática de la Lengua Castellana*, publicada no ano de 1771, um ano após ter saído, em Portugal, a *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* de António José dos Reis Lobato, é uma obra colectiva da responsabilidade da Real Academia Espanhola, começa a ser preparada trinta anos antes da sua publicação e portanto nunca foi concebida como algo acabado, perfeito e definitivo e daí as alterações que sofreu em edições posteriores. Apresenta-se como uma solução encontrada pela RAE para a afirmação do Castelhana como língua vulgar e para a sua utilização a nível do sistema educativo. Foi a primeira gramática escolar do castelhano nascida da premente necessidade de proceder à substituição do latim, que dominava, e da gramática que, em Espanha, era o seu sustentáculo: a *Gramática Latina* do português Manuel Álvares. Expulsos os jesuítas de Espanha, tanto o Rei como os seus ministros trabalharam activamente e de 1767 a 1771 foi feita uma verdadeira reforma educativa. Com efeito, em 1767, nas actas da RAE, pode ler-se:

"...Hace mucha falta una gramática completa en nuestra lengua para aprender con método y sobre principios y reglas seguras; que esta obra no sólo será de utilidad pública, sino también de gran crédito a la Academia saliendo con la perfección que se debe esperar de ella..."

(RAE, Actas, 1767).

Posteriormente, em 1780, Carlos III ordenava:

"...en todas las escuelas del reino se enseñe a los niños su lengua nativa por la gramática que ha compuesto y publicado la Real Academia de la Lengua; previniendo que a ninguno se admita a estudiar latinidad sin que conste antes estar bien instruido en la gramática española"

(Carreter, 1985,p.189).

A gramática de RAE é, assim, imposta pelo poder.

Em Portugal, passava-se rigorosamente o mesmo e é com o mesmo intuito que aparece o texto *Instrucçoens para os professores de grammatica latina, grega, hebraica, e de rhetorica, Ordenadas e mandadas publicar por El Rey nosso Senhor, para o uso das Escolas novamente fundadas nestes Reinos, e seus Dominios*, impresso em Lisboa, na Offic. de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca, em 1759, que foi publicado no seguimento, e com a mesma data do *Alvará Régio* de 28 de Junho de 1759, que dita a extinção de todas as escolas que utilizem o método jesuítico mormente o ensino da gramática do P. Manuel Álvares e em que sua Majestade «ha por

bem reparar os Estudos das linguas Latina, Grega e Hebraica, e da Arte da Rethorica, da ruina a que estavam reduzidas». Em relação ao ensino da língua portuguesa, o texto pombalino, no parágrafo quarto, diz:

«Todos os Homens sabios uniformemente confessaõ, que deve ser em vulgar o Methodo para aprender os preceitos da Grammatica; pois não ha maior absurdo, que intentar aprender huma Lingua no mesmo idioma que se ignora».

O ensino obrigatório de uma gramática da língua portuguesa foi, sem dúvida, importante, principalmente porque fixou a norma. E este foi, sem dúvida, o grande aspecto inovador de Pombal em relação à aprendizagem da língua materna: transpôs para a escola e para a administração pública a obrigatoriedade da utilização do português a nível do Estado, nos diversos sectores da vida pública à semelhança do que se fazia na Europa, embora o segundo aspecto já fosse defendido desde D. Dinis. Neste sentido, entra assim nas preocupações da Administração Pública uma nova concepção no respeitante ao ensino da língua portuguesa, ao lugar que ela deve ocupar no sistema educativo e à sua importância para a valorização e elevação do nível social, das condições de convívio e até do progresso material.

Também a introdução na escola de uma gramática da língua portuguesa e, principalmente, a obrigatoriedade da sua utilização, possibilita a reflexão sobre o estudo da língua e converte-se numa espécie de *poder* gramatical que vai funcionar como uma forma de poder, uma vez que aparece como um instrumento centralizador do Estado. É a *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza* de António José dos Reis Lobato que vai ser esse instrumento, como nos é dito no Alvará Régio de 30/9/1770:

EU ELREY. Faço saber aos que este Alvará virem, que em Consulta da Real Meza Censoria me foi presente, que sendo a correcção das linguas nacionaes hum dos objectos mais attendiveis para a cultura dos povos civilizados, por dependerem della a clareza, a energia, e a magestade, com que devem estabelecer as Leis, persuadir a verdade da Relegião, e fazer uteis, e agradaveis os Escritos(...): Sou servido ordenar, que os Mestres da lingua Latina, quando receberem nas suas Classes os discipulos para lha ensinarem, os instruaõ previamente por tempo de seis mezes, se tantos forem necessarios para a instrução dos Alumnos, na Grammatica Portugueza, composta por Antonio José dos Reis Lobato, e por Mim approvada para o uso das ditas Classes, pelo methodo, clareza, e boa ordem, com que he feita.

Em suma, *Gramática de la lengua Castellana* e *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, nascidas de um contexto semelhante, são as primeiras gramáticas escolares vernáculas oficiais de Espanha e Portugal.

2. As introduções às duas gramáticas são coincidentes na apologia que fazem do ensino da língua materna contra o ensino do latim, que dominava. Lobato defende a aprendizagem da gramática da língua materna lembrando que já os antigos Romanos ensinavam a gramática da língua latina, o que se traduzia em falar a língua com correção por um lado e a de perceberem o seu funcionamento e o funcionamento das línguas estrangeiras por outro, estando assim os alunos melhor preparados para aprenderem com muita facilidade qualquer outra língua.

À semelhança do que fez Juan Caramuel, em Espanha, Lobato pugna pela criação de escolas onde se fale e aprenda a língua portuguesa, lembrando, a propósito, que o mesmo já tinha sido defendido por João de Barros, Amaro de Roboredo, Contador de Argote e António Félix Mendes: «É a lingua materna se ha primeiro ensinar per arte aos meninos. Para o que fora de muita importancia crear-se huma Cadeira ao menos nas Cortes e Universidades... Saberão os principiantes per arte em poucos annos, e melhor a lingua materna, que sem arte sabem mal per muitos annos com pouca certeza a poder de muito ouvir, e repetir... e serão mais certos, e apontados no que fallão, e escrevem. Terão mais copia de palavras e usarão dellas com mais propriedade. Porque per falta de regras, ainda nas Cortes e Universidades, se fallão e escrevem palavras necessitadas de emenda. Saberão per regra de compor, e derivar ampliar a lingua materna e ajuntar-lhe palavras externas com soffrivel corrução e formar outras, para que com menos rodeios se possam explicar os conceitos, e as sciencias, quando na materna se queirão explicar» (Lobato, 1770, pp. X-XI). O gramático considera ser tarefa árdua, pois, na escola portuguesa de então, «os Mestres das escolas de ler de ordinario não tem instrucção necessaria para ensinarem a fallar, e escrever a lingua portugueza por principios» (p. XI). Esta falta de preparação é preocupante, pois os defeitos e os vícios aprendidos na tenra idade difficilmente se perdem. Neste sentido, Lobato advoga a criação de escolas e essencialmente o recrutamento de professores que tivessem perfeito conhecimento dos princípios da língua materna, uma vez que só estes seriam capazes «de illustrar aquelles tenros engenhos sepultados nas sombras da ignorancia natural» (p. XII). A aprendizagem decorreria de uma forma fácil: os alunos leriam «hum autor de historia Portugueza de frase pura, e facil» a que seguiria uma reflexão sobre o funcionamento da língua onde vissem praticadas e explicadas as regras. Esta forma de ensinar permitiria à criança não só aprender a língua materna como também ficar com cultura da História de Portugal que, aperfeiçoadas na adolescência, permitiriam ao país ficar com «sujeitos capazes para exercerem os officios publicos de escrever nos Auditorios, Tribunaes e Secretarias, sem a imperfeição de fallarem, e escreverem a lingua portugueza com erros, que commumente se notão nos que servem os sobreditos empregos» (p. XIII). Para o autor, este estado caótico da aprendizagem da língua materna radica no desprezo pelo ensino da gramática vernácula e naqueles que consideram supérfluo o seu ensino e só com a reforma do ensino feita no reinado de D. José, sob a orientação do Marquês de Pombal, foi possível dar um salto qualitativo pois foram criadas novas escolas com novos professores. É dentro deste espírito que Lobato escreve a sua obra e é este espírito que enforma toda a doutrina da Real Academia Espanhola. Para os autores da GRAE a gramática é indispensável para se poder falar a sua língua de uma forma correcta, pura e

fácil "Sobre ninguna de estas cosas se hace reflexion ántes de entender el arte, y así es difícil que sin él hablemos con propiedad, exâctitud, y pureza" (GRAE, 1771, p.III).

A de Lobato tem como fontes as gramáticas dos franceses Restaut e Buffier, dos ingleses Peli e Martin, dos italianos Benedito Dogacci e Salvador Corticelli, dos castelhanos Nebrija, Gonzalo Correas, Juan Caramuel e Bento Martins Gomes Gaioso; para além destes faz referência aos gramáticos latinos Sánchez, Vóssio, Perizónio, Escalígero, Schiôppio e Lancelot ⁽¹⁾. Estes últimos autores são citados, ao longo da introdução, várias vezes. Também os textos destes autores são fontes da *Gamática de la Lengua Castellana*, entre muitos outros, ainda que na introdução apenas sejam referidos Nebrija, Gonzalo Correas e Jiménez Patón. Outro aspecto a relevar é a constante referência, na Introdução da *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, a Sánchez, ignorado pelos autores da GRAE.

3. Lobato define gramática portuguesa como «a Arte, que ensina a fazer sem erros a oração Portugueza.» (Lobato, 1770, p. 1), concluindo «ser a oração Portugueza o fim das regras da Grammatica Portugueza» (p. 1). Desta nota se conclui ter bebido o autor em Sánchez de las Brozas que define a gramática «La oración es el fin de la gramática» (Sánchez, 1976, p. 48). Lobato acrescenta ainda que «da oração Portugueza são partes as palavras, ou vozes Portuguezas» (Lobato, p. 2). A mesma definição dá Figueiredo na sua gramática latina: «A grammatica Latina he huma Arte, ou Collecção de Regras, e preceitos, que ensinão a fazer com acerto e livre de erros a Oração Latina... Desta Oração, que he a fim da grammatica são partes as vozes, as syllabas, e as letras» (Lobato, p. 1). Os autores da GRAE definem gramática como "arte de hablar bien" (GRAE, 1771, p.1).

A preocupação em alcançar um estatuto científico para a gramática não é uma preocupação apenas do Renascimento ou do Iluminismo. Foi uma constante ao longo de todas as épocas, ainda que se tenha manifestado com mais acuidade nesses períodos.

Com efeito para muitos dos gramáticos do Renascimento, quer gramáticos latinos, quer gramáticos das línguas vulgares, a gramática aparecia como «ars pure loquendi scribendique», mas Escalígero, guiado pelo racionalismo aristotélico, apresenta a gramática como «nam quod addunt. recte scribendique artem esse: bis peccat, neque enim est ars, sed scientia» (Carmen Lozano, 1992, p. 47), advogando, assim, para a gramática um estatuto de ciência. Estava lançado o mote para uma discussão que durou séculos ganhando defensores e antagonistas ao longo dos tempos, quer uma, quer outra: para uns o *usus* prevalecia sobre a *ratio*, para outros era a *ratio* que prevalecia sobre o *usus*.

Foi no Renascimento que a discussão mais se acentuou. Sendo o *usus* uma característica principal do Humanismo gramatical do século XV, aparecendo a gramática mais descritiva e com uma finalidade didáctica imediata, começa-se a pensar que este caminho se terá esgotado e aparecem os gramáticos racionalistas. Assim, e no século XVI, o critério do *usus* já não é suficiente para se construir uma gramática de uma língua qualquer, é necessário explicar o porquê.

A verdadeira mudança de perspectiva surge em Escalígero na sua obra *De causis linguae latinae* onde se pretende sustentar com fundamentos de ordem filosófica toda a tradição anterior. O autor está convicto de que a gramática é um ramo da filosofia «cuius profecto indico grammaticam non solum esse philosophiae partem, id quod nem sanus negat, sed ne ab eius quidem cognotione dissolui posse intelligeremus.» (idem, p. 48).

Sem negar em nenhum momento o *usus*, Escalígero e seus seguidores pretendem adicionar a esse critério um outro, o da *ratio*, considerado, como já tinha sido por Aristóteles, o instrumento de todas as ciências «Eteniam quo pacto manus instrumentorum instrumentum est: sic ratio scientiarum.» (idem, p. 48).

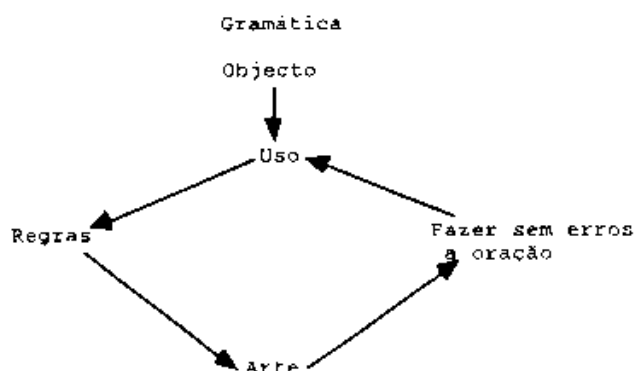
Desta forma, a partir de Escalígero, a gramática volta a recuperar a *ratio* que havia perdido na primeira geração de humanistas.

Manuel Álvares, na sua gramática latina, segue mais os primeiros humanistas, sem no entanto descurar os segundos. Álvares «ocupa um lugar que se não é de equilíbrio, por causa da sua louvável tendência humanística para um dos lados (o do *usus*), pode dizer-se situado inteligentemente entre a *ratio* e o *usus*.» (Torres, 1988, p. 22).

Existem frases, ao longo do seu texto gramatical, que justificam o que afirmámos: «Não se esteja demasiado solícito em investigar as razões, porquanto mais do que a razão interessam a vontade e o uso dos melhores autores, vontade e uso preferíveis às leis de todos os gramáticos»; «contentem-se os jovens com o conhecimento da sintaxe e deixem a substância aos dialécticos»; «E assim, na míngua de leis gramaticais seguras por parte dos peritos, observaremos e guardaremos diligentes o que espontânea e elegantemente nos disseram, a fim de o propormos à nossa imitação, sem necessidade de confronto com a estreiteza da norma gramatical»; «Resta ver, pois, se as partes da oração se coadunam entre si, tal como exige o modo correcto (*recta ratio*) da gramática» (idem, pp. 21-22).

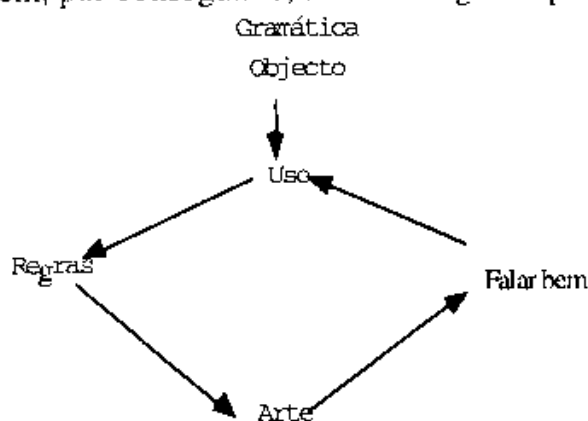
No século XVIII, em Portugal e em Espanha, a bipolarização também se faz notar: a gramática como ciência e como arte, embora tenha prevalecido na maioria dos gramáticos, quer latinos, quer portugueses o conceito de gramática como arte, significando arte a faculdade de prescrever regras e preceitos para fazer com correcção as coisas.

Esta concepção de gramática aparece também em Reis Lobato que a define como «arte, que ensina a fazer sem erros a oração portugueza» (Lobato, p. 1), como já vimos, encontrando a gramática a sua razão de ser no uso donde derivam e incidem todas as regras:



Estamos perante uma concepção de gramática cuja finalidade é manifestamente prática, o *usus*. Na verdade, Lobato, logo no início da Introdução à sua *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, dá-nos essa visão: «Por duas razões se faz indispensavelmente precisa a noticia da grammatica da lingua materna: primeira, para se fallar sem erros: segunda, para se saberem os fundamentos da lingua, que se falla usualmente.» (Lobato, p. VII).

A RAE, definindo gramática como arte de falar bem, tem como finalidade imediata o *usus*, o que implica existência de uma competência comunicativa normativizada, o que se depreende também em Lobato. Portanto para a RAE a gramática existe para uniformizar o *usus*, donde derivam e incidem, por conseguinte, todas as regras e preceitos da arte:



Se confrontarmos estes dois conceitos concluiremos que o primeiro está muito arreigado às gramáticas latinas e que o segundo é um conceito portroialino: para Lancelot "Grammaire est l'art de parler". Em Portugal, a grande revolução do conceito de gramática é dada pela primeira vez por Bernardo de Lima e Melo Bacelar porque a apresenta como "huma colecção de leis com que arrazoadamente fabricamos e dispomos os sons que comunicação aos outros os nossos conceitos" (Melo Bacelar, 1783, pp.6-7). Esta visão logicista da gramática o que traz de novo é a relevância comunicativa, quase dois séculos antes de Martinet. A sua concepção é mais abrangente que a de Port-Royal e que a do abade Condillac que a define da seguinte forma "C'est un système de mots qui représente le système des idées dans l'esprit, lorsque nous le voulons communiquer dans l'ordre et avec les rapports que nous apercevons" e, mais adiante, afirma "Je regarde la grammaire comme la première partie de l'art de penser" (Condillac, 1775, p.421). A gramática aparece assim como um instrumento comunicativo e de expressão mental (Torres, 1996, p.24), como uma simbiose de ambos. Esta originalidade aparece dezanove anos antes de António de Morais Silva e vinte anos Soares Barbosa [Convém lembrar que a primeira edição de Morais é de 1806, mas foi terminada em 1802, e que a edição primeira de Barbosa é de 1822, mas o prefácio data de 1803] e pode afirmar-se que a revolução do conceito de gramática portuguesa começa em Melo Bacelar, o que o coloca na vanguarda do iluminismo português. Morais e Barbosa, ainda que tenham publicado as suas gramáticas no século XIX, respectivamente em 1806 e 1822, devem ser integrados no

movimento de renovação iluminista do século das luzes. Para o primeiro a gramática "é arte, que ensina a declarar bem os nossos pensamentos, por meyo de palavras" (Morais, 1806, p.9), definição logicista, na linha de Port-Royal; para Soares Barbosa a gramática "é a arte de fallar e escrever correctamente a propria lingua" (Barbosa, 1822, p.1). Lembremos, a este propósito, que só cerca de três dezenas de anos mais tarde é que aparece a primeira gramática filosófica espanhola de José Jesús Muñoz Capilla (1831).

4. A *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza* divide-se em quatro partes, como o fizera Álvares dois séculos antes, mas apenas uma aparece desenvolvida, a etimologia⁽²⁾, e outra, a sintaxe, embora latina, com algum desenvolvimento. Tanto a ortografia como a prosódia aparecem pouco desenvolvidas. É de notar que logo a seguir à definição de gramática, Lobato, à semelhança do que já fizera o Brocense, parte para as *partes orationis* (Torres, 1996, p. 19). Se compararmos a este nível a gramática da RAE, também ela subsidiária da de Sánchez e da de Petrus Ramus, segundo alguns estudiosos, dividida em Morfologia e Sintaxe, maior é a semelhança com a de Lobato porquanto não trabalha nem a ortografia, nem a prosódia [Na edição de 1771 não há qualquer referência à divisão da gramática. Só na edição de 1796 se afirma expressamente que a gramática consta de quatro partes: ortografia, analogia, sintaxe e prosódia]. Esta divisão mantém-se até à edição de 1920 e verifica-se também em mais alguns gramáticos castelhanos do século XIX (Calero Vaquera, 1986, pp. 41-43). Ambos os textos gramaticais estão arreigados à tradição gramatical anterior, em especial às gramáticas latinas. Em Portugal, o salto qualitativo é dado com as gramáticas filosóficas e com a gramática de Morais.

Bacelar apresenta originalidade a este nível e divide a *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* em três partes: gramática "do Agente, ou Nominativo", a segunda, mostra "a Acção, ou verbo" e, a terceira, o "Accionado, paciente, ou caso" (Bacelar, 1783, p.13), mas trabalha a ortografia em separado; Morais Silva em *Epitome da Grammatica da Lingua Portuguesa* apresenta duas partes: Das palavras por si sós, ou partes da Sentença e Da composição das partes da Sentença entre si, ou Syntaxe (p. 9); Barbosa na sua *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* divide a gramática em quatro partes: Orthoepia, Orthographia, Etymologia e Syntaxe (p. 1).

DIVISÃO DA GRAMÁTICA

Lobato	GRAE	Melo Bacelar	Morais	Barbosa
Ortografia	Ortografia	Agente	Partes da Sentença	Ortoépia
Prosódia	Analogia	Acção	Syntaxe	Ortografia
Etimologia	Syntaxe	Accionado		Etimologia
Syntaxe	Prosódia	Ortografia		Syntaxe

5. Partes da oração, *partes orationis*, é uma designação vulgar para referir classes de palavras e vem já dos antigos gregos, sendo melhor sistematizada por Prisciano.

Com efeito, Prisciano divide a gramática em *nomen, interjectio, adverbium, verbum, participium, praepositio, conjunctio, praeomen*, divisão seguida por muitos dos gramáticos latinos posteriores, como Escalígero, Nebrija e Álvares. Esta tradição latina não é seguida por Sánchez de las Brozas, que segue a tradição grega, dividindo a gramática em apenas três classes - nome, verbo e dicção -, no que é seguido por Buffier e por muitos gramáticos racionalistas, criando-se assim os princípios para a gramática filosófica de Port-Royal e seus seguidores.

O facto de uns gramáticos seguirem a tradição latina e outros a tradição grega deveu-se em grande parte à proliferação de línguas vulgares durante o Renascimento, o que originou uma grande disparidade doutrinal entre os autores, levando à criação de um quadro de doutrinas nada homogêneo no que respeita às partes da oração.

Com efeito esta grande variedade de opiniões residia no facto de alguns gramáticos considerarem o pronome e o participio como categorias independentes; outros diferenciavam artigo de pronome, advérbio da interjeição e alguns consideravam mesmo a interjeição como a principal e a primeira parte da oração, como o fez Escalígero.

A doutrina das partes da oração apareceu em duas grandes classificações: a dos gramáticos que, de acordo com a tradição latina, distinguíam oito partes e a daqueles que, de acordo com uma concepção racionalista da língua, as reduziam a três, mais de acordo com a tradição das gramáticas gregas. Esta última corrente dominou as gramáticas de finais do século XVII e princípios do século XVIII, período de um racionalismo linguístico, que tinham como suporte principal, para além de Aristóteles, o racionalismo cartesiano.

Reis Lobato opta pela primeira classificação e afasta-se bastante do logicismo que o racionalismo de Descartes tinha incutido nas gramáticas:

Na lingua Portugueza ha nove especies de palavras, de que como partes póde constar a oração Portugueza; a saber: Artigo, Nome, Pronome, Verbo, Participio, Preposição, Adverbio, Conjunção, Interjeição. Destas as primeiras cinco são declinaveis, por variarem a terminação, isto he, a ultima syllaba com mudanças, ou accrescentamento de letras; e as outras são indeclinaveis, por conservarem sempre a mesma terminação

(Lobato, 1770, p.7).

Também os autores da GRAE seguem a mesma classificação:

(...) las palabras... en nuestra lengua son nueve, por este orden.

1. Nombre.
2. Pronombre.
3. Artículo.
4. Verbo.

5. *Participio.*
6. *Adverbio.*
7. *Preposicion.*
8. *Conjuncion.*
9. *Interjeccion.*

(GRAE, 1771, pp. 2-3)

Estas classificações não são novas na gramatologia portuguesa e espanhola e seguem quer a tradição latina, quer a grega :

TRADIÇÃO LATINA

Fernão de Oliveira	João de Barros	Amaro de Roboredo
artigo	artigo	nome
nome	nome	preposição
pronome	pronome	verbo
advérbio	verbo	advérbio
verbo	advérbio	conjunção
preposição	particípio	
conjunção	conjunção	
	preposição	
	interjeição	

TRADIÇÃO LATINA TRADIÇÃO GREGA TRADIÇÃO GREGA

A. Nebrija	G. Correas	L. Villalón
nome	Nome	Nome
Pronome	Verbo	Verbo
Verbo	Dicção	Dicção
Participio		
Preposição		
Advérbio		
Conjunção		
Interjeição		

É de realçar, ainda, que as *partes orationis* das gramáticas até finais do século dezoito ocupavam parte substancial dos compêndios gramaticais, ficando a sintaxe relegada para um plano secundário. Dos dezoito livros das *Institutiones Grammaticae* de Prisciano, apenas três são dedicados à sintaxe e os restantes à morfologia; João de Barros conferiu, igualmente, um papel secundário à sintaxe: dezanove páginas à sintaxe e cinquenta à morfologia; os autores da GGR (Port-Royal) ocuparam a sua gramática com oitenta

páginas de morfologia e seis de sintaxe; Lobato dedica cento e sessenta e três à morfologia e quarenta e nove à sintaxe; a gramática da RAE apresenta-se com trezentas e quarenta e oito páginas de morfologia e cento e vinte e oito de sintaxe. Nas gramáticas de que acima falámos deve destacar-se o tratamento dado por Morais Silva à sintaxe nas trinta e oito páginas que lhe dedica e que revela um estudo evoluído para o tempo e que se poderá considerar como o grande precursor de Epifânio Dias. Com efeito no Livro II, dividido em quatro capítulos, Morais deu amplitude à sintaxe, que chama *regras da composição*.

Pela primeira vez, depois de Contador de Argote (1721), que fizera um esboço, a sintaxe portuguesa mereceu estudo meticoloso. Ao estudar a sentença, que concebe como num sentido perfeito, divide-a, segundo os logicistas (Port-Royal, Abade Condillac, Conde Destutt de Tracy) em *sujeito, atributo e verbo*, divisão tripartida que se atribui a Aristóteles. Não aceita sentença sem verbo. Da sintaxe estuda somente a *concordância* e a *regência*. Simplifica o estudo das figuras, assinalando a *elipse*, o *pleonasma* e o *hipérbato*. E, dentro dessas três figuras, como particularidades, estuda a *zeugma*, a *enálage*, a *perissologia*, e a *sínquese*. Ao estudar os vícios da composição, detém-se na *anfíblogia*, no *barbarismo* e no *solecismo*.

A tendência de sobrevalorizar a morfologia em relação à sintaxe teve continuidade e, no século XX, encontramos compêndios gramaticais de autores consagrados, que a omitem quase por completo: Serafim Silva Neto dedica-lhe nove páginas das seiscentas e trinta páginas que constituem *A História da Língua Portuguesa*; Ismael Lima Coutinho ignora-a por completo na sua *Gramática Histórica*; Said Ali, na *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* constituída por trezentas e trinta e uma páginas, reserva-lhe noventa e seis páginas.

6. Um trabalho desta natureza é sempre inacabado. No entanto, há algumas linhas demarcadoras que se podem inferir do que acima afirmámos. Com efeito, existem muitas semelhanças entre a gramática de Lobato e a da RAE: publicação (1770 e 1771), o mesmo estatuto formam as primeiras gramáticas oficiais para a aprendizagem do Português e do Castelhana, e em ambos os prólogos se faz a apologia e a defesa das respectivas línguas e da sua gramática, entre a Língua Latina e sobretudo a gramática latina que dominava. A mesma ligação às gramáticas tradicionais, em especial às gramáticas latinas dos séculos XVI e XVII, ambas são importantes pelo poder oficial. E, não nos parece, em termos de substância gramatical, que haja diferenças que mereçam ser apontadas, o mesmo não se podendo dizer em termos formais, onde aparecem diferenças significativas.

As diferenças substantivas aparecem nas gramáticas filosóficas posteriores, as de Bacelar e de Soares Barbosa, e na gramática de Morais que apresentam conceitos gramaticais não arreigados às gramáticas tradicionais e por isso são inovadores, dão um tratamento mais desenvolvido à sintaxe e neste sentido poder-se-ão considerar precursoras das gramáticas das décadas de 80 e 90 do nosso século. Conclui-se, também, que com estas três gramáticas, o gramaticalismo português entra em ruptura com o passado e dá um enorme contributo para o gramaticalismo português posterior e para o gramaticalismo castelhano, cuja primeira gramática filosófica aparece em 1831.

NOTAS:

1. Indicaremos as obras principais destes autores: Pierre Restaut, *Principes généraux et raisonnés de la Grammaire Française, par demandes et par response* (1730); Buffier, *La Grammaire Française sur un plan nouveau. Pour en rendre les principes plus claires et la pratique plus aisée*, Paris (1709); Daniel Martin, *Grammatica Gallica, cum syntaxi concimata in usum juventutis, potissimum germanicae* (1619); Salvadore Corticelli, *Regole ed osservazioni della lingua toscana ridotte a metodo ed in tre libri*; A. Nebrija, *Grammatica de la lengua Castellana*; Gonçalo Correias, *Trilingue de tres artes de las tres lenguas Castellana, latina, I griega, todas en Romance*; F. Sánchez de las Brozas, *Minerva, seu de causis linguae latinae* (1587); Gerard João Vóssio, *De arte grammatica libri septem* (1635); Júlio César Escalígero, *De causis linguae libri tredecim* (1540); Schiöppio, *Grammatica Philosophica* (1659); Claude Lancelot e Antoine Arnauld, *Grammaire générale et raisonnée* (1660).
2. Etimologia designou até ao século XIX uma parte da gramática cujos limites coincidem, grosso modo, com os da moderna morfologia. Aquela mesma palavra também alterna com Analogia.

BIBLIOGRAFIA:

- A. A. BANHA DE ANDRADE, *Contributos para a História da Mentalidade Pedagógica em Portugal*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1982.
- BACELLAR, BERNARDO DE LIMA E MELLO, *Grammatica philosophica e orthographia racional da lingua portugueza, para se pronunciarem e escreverem com acerto os vocabulos d'este idioma*. - Lisboa, na Off. de Simão Thadeo Ferreira, 1783. 8º. de 196 p. [B.M.P.:I-D-6A] - [U.C. 1 - (23) - 22 - 323] (vem também textualmente incluída no princípio da obra; DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUEZA. . . Lisboa, na Off. de José d'Aquino Bulhões, 1783. 4º. de x-75-582 p. - [N.B.: O *Dicionário* existe na B.M.P.: I-4-35]. Existe a edição fac-similada da edição de 1783, com introdução e notas de Amadeu Torres, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1996.
- BARBOSA, JERONYMO SOARES: *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral applicados á Nossa Linguagem*, Publicada de ordem da Academia Real das Sciencias, Lisboa, na Typ. da mesma Acad., 1822. 4ª. [BNL: L. 296 / 97 V.] - Segunda edição, Ibi, 1830. xix-458 pags. 4. [B.M.P.RJ-1208]; [BNL: I. 11.726 V.] - 3ªedição, 1862, xv-347 pags, 22,5 cm. [B.M.P.:XÉ -9-161]; [BNL: 299 V.] - 4ªedição, 1866 [BNL: L. 300 V.] - 5ªedição, 1871 [BNL: 301 V.] - 6ªedição, 1875 [B.M.P.:S'-2-19 e I-4-10 (?)]; [BNL: 4685 a.]; [FLUP-F.A.: 806.90 B 198 g]. - 7ªedição, 1881, xvi-320 pags. [B.M.P.:S'-2-20]; [BNL: 487 V.]; [U.C. 415: 469. 0 (07) BAR --- Sala Geral] e - Vd. art. no Dic. - N.B.: vd. Francisco Solano Constancio).
- BROZAS, FRANCIS SANCHÉZ DE LAS, *Minerva seu de causis linguae latinae*, trad. de F. Ribera Cárdenas, Ed. Cátedra, 1976.
- CARRETER, FERNANDO LÁZARO, *Las Ideias Lingüísticas del S. XVIII*, Editorial Crítica, Barcelona, 1985.

- ESCALÍGERO, J.C., *De causis linguae latinae*: lib. I, cap. 1, citado por Carmen Lozano Guillén, *Apportación gramatical renascentista a la luz de la tradición*, Secretariado de Publicaciones, Universidade de Valladolid, 1992.
- LOBATO, ANTONIO JOSÉ DOS REIS: *Arte da Grammatica da lingua portugueza*. - composta e oferecida ao Il.mo sr. Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquez de Pombal, etc., Lisboa, na Reg. Off. Imp., 1770. Para ver a história editorial desta obra consulte-se Assunção, Carlos Costa: Para uma Gramatologia Portuguesa, Tese de Doutoramento, UTAD, 1996. 1º Vol., pp.19-40.
- LOZANO, CARMEN, *Apportación gramatical renascentista a la luz de la tradición*, Secretariado de Publicaciones, Univ. de Valladolid, 1992.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, *Gramática de la lengua Castellana*. Compuesta por la Real Academia Española. Madrid, 1ªed., 1771. 1 vol. XXV-473 pags., edição facsímil de Ramon Sarmiento, Madrid, 1984.
- ROBOREDO, AMARO DI, *Método Grammatical para todas as Linguas*, citado por Reis Lobato, O. C.
- SILVA, ANTONIO DE MORAIS: *Epítome de grammatica da lingua portugueza*. - Lisboa, na Off. de Simão Thadeo Ferreira, 1806 de viii-165 p. [BNL: L. 631 P.] - *Idem*. - Rio de Janeiro, Tip. de Silva Porto & Cª, 1824 [BNL: L. 8.601 P.] (há uma edição da gramática inserida no *Diccionario da Lingua Portuguesa*).
- TORRES, AMADEU RODRIGUES, *Humanismo Inaciano e Artes da Gramática - Manuel Álvares entre a "Ratio" e o "Usus"*, in Separata dos Anais, II Série, Vol. 32, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1988.
- VAQUERA, MARÍA LUISA CALERO, *Historia de la Gramática Española*, (1847-1920, de A. Bello a Lenz), Ed. Gredos, Madrid, 1986.